

REVISÃO SISTEMÁTICA E METANÁLISE QUALITATIVA SOBRE TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E GÊNERO¹

Maria do Socorro Roberto de Lucena^{2 3}, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5078-2085>

Tatiana de Lucena Torres^{1 4}, Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6274-1929>

Paulo César Zambroni de Souza^{1 5}, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7353-4420>

RESUMO. O presente estudo analisa a produção científica brasileira sobre trabalho doméstico remunerado e gênero. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura a partir de cinco bases de dados. A busca eletrônica inicial resultou em 1.127 artigos, e, após a aplicação dos critérios de inclusão e a exclusão dos replicados, 16 artigos foram selecionados. Com a avaliação dos juízes, 13 artigos foram considerados elegíveis para a análise cientométrica e de conteúdo categorial. Os resultados demonstram que a temática é de interesse de diversas áreas do conhecimento, sobretudo das Ciências Sociais, e a autoria é predominantemente feminina. As produções são majoritariamente teóricas, ademais, abordam a relação trabalho doméstico remunerado e gênero a partir de diversos temas, como organização coletiva e sindical, riscos à saúde, migrações, entre outros. A categoria gênero é abordada enquanto condição analítica para a compreensão da organização socioeconômica do trabalho doméstico remunerado e do cotidiano de trabalho e de vida das mulheres que exercem essa ocupação. Além disso, na maioria dos estudos, encontramos uma tendência à perspectiva interseccional acerca das questões de gênero que atravessam esse saber-fazer. Entre eles, é ressaltada a importância de considerar os enovelamentos entre gênero, raça/etnia e classe social, principalmente, por se tratar do contexto nacional. Verificamos a necessidade de mais estudos empíricos que, inclusive, contemplem as realidades da região Norte e Nordeste e os aspectos (inter)subjetivos. Esperamos que novas revisões possam suprir as limitações deste estudo.

Palavras-chave: Trabalho doméstico; remuneração; gênero.

SYSTEMATIC REVIEW AND QUALITATIVE METANALYSIS ON PAID HOUSEWORK AND GENDER

ABSTRACT. This study analyzes Brazilian scientific production on paid domestic work and gender. To this end, a systematic review of the literature was conducted from five databases. The initial electronic search resulted in 1,127 articles and, after applying the inclusion criteria and excluding the replicates, 16 articles were selected. With the judges' evaluation, 13 articles were considered eligible for the scientometric and categorical content analysis. The results show that the theme is of interest to several areas of knowledge, especially the social sciences, and the authorship is predominantly female. The productions are mostly theoretical; moreover, they approach the relationship between paid domestic work and gender from several themes, such as collective and union organization, health risks,

¹ Apoio e financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES, N°. Processo 88882.440918/2019-01) – código de financiamento 001.

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa-PB, Brasil.

³ E-mail: 23mariaroberto@gmail.com

⁴ E-mail: tltorres2@gmail.com

⁵ E-mail: paulozamsouza@yahoo.com.br



migrations, among others. The gender category is addressed as an analytical condition for understanding the socioeconomic organization of paid domestic work and the daily work and life of women in this occupation. In addition, most of the studies tend toward an intersectional perspective on the gender issues that cut across this know-how. Among them, the importance of considering the entanglements between gender, race/ethnicity, and social class is emphasized, mainly because it deals with the national context. We verified the need for more empirical studies that also contemplate the realities of the North and Northeast regions and the (inter)subjective aspects. We hope that new reviews can overcome the limitations of this study.

Keywords: Housework; remuneration; gender.

REVISIÓN SISTEMÁTICA Y METANÁLISIS CUALITATIVO SOBRE TRABAJO DOMÉSTICO REMUNERADO Y GÉNERO

RESUMEN. Este estudio analiza la producción científica brasileña sobre el trabajo doméstico remunerado y el género. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica sistemática a partir de cinco bases de datos. La búsqueda electrónica inicial dio como resultado 1.127 artículos y, tras aplicar los criterios de inclusión y excluir las réplicas, se seleccionaron 16 artículos. Con la evaluación de los jueces, se consideraron 13 artículos elegibles para el análisis de contenido cuantitativo y categorico. Los resultados demuestran que el tema es de interés en diversas áreas del conocimiento, sobre todo en las ciencias sociales, y la autoría es predominantemente femenina. Las producciones son en su mayoría teóricas, y abordan la relación entre el trabajo doméstico remunerado y el género desde varios temas, como la organización colectiva y sindical, los riesgos para la salud, las migraciones, entre otros. La categoría de género se aborda como condición analítica para comprender la organización socioeconómica del trabajo doméstico remunerado y el trabajo y la vida cotidiana de las mujeres en esta ocupación. Además, la mayoría de los estudios tienden a una perspectiva interseccional de las cuestiones de género que atraviesan estos conocimientos. Entre ellos, se destaca la importancia de considerar los enredos entre el género, la raza/etnia y la clase social, principalmente porque se trata del contexto nacional. Comprobamos la necesidad de más estudios empíricos que contemplen también las realidades de las regiones del Norte y del Nordeste y los aspectos (inter)subjetivos. Esperamos que las nuevas revisiones puedan superar las limitaciones de este estudio.

Palabras clave: Trabajo doméstico; remuneración; género.

Introdução

Apesar do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, em geral, a mão de obra feminina continua sendo direcionada para determinadas ocupações/profissões, tarefas, lugares na produção, considerados de menor importância ou secundarizados (Rocha & Pinto, 2018). Um dos representantes dessa conjuntura é o trabalho doméstico remunerado (TDR). Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), no quarto trimestre de 2018, os serviços domésticos apresentavam maior incidência de mulheres, a saber, cerca de 94,1% das pessoas que exercem tais atividades.

Ademais, no Brasil, segundo Almeida (2010), embora seja uma atividade fortemente atravessada pelas discriminações de gênero, é datada do período escravocrata e, por isso, carrega em sua história as imbricações de gênero, raça e classe, de modo que se tornou uma ocupação majoritariamente exercida por mulheres negras e pobres, além de ser marcada por extrema precarização: má remuneração, informalidade, desvalorização e subalternização.

O interesse pelo estudo sobre os trabalhos domésticos aparece no universo acadêmico a partir das décadas de 1960 e 1970, seja por conta da crítica feminista, seja pela demanda elevada por esses serviços mediante quadro de precarização das condições de trabalho das empregadas domésticas. Desde então, observa-se que a produção acadêmica sobre o tema tem crescido em diferentes áreas do conhecimento (Rial, Lago, & Grossi, 2005). Na Psicologia do Trabalho, esse tema tem ganhado espaço nas discussões e produções, em decorrência da aproximação dessa subdisciplina com ambientes laborais diferentes do fabril ou das organizações formais e a adoção de uma visão mais crítica sobre os fenômenos do mundo do trabalho (Gondim, Borges-Andrade, & Bastos, 2010; Sato, 2013).

As empregadas domésticas conseguiram equiparar-se em termos de direitos às demais categorias profissionais mediante a regulamentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 478/2010 (PEC das Domésticas), através da sanção da Lei Complementar de nº 150, de 1 de junho de 2015 (Silva, Araújo, Moreira, & Bastos, 2017). Contudo, pontuamos que a mudança na legislação, embora importante, não é suficiente para garantir uma alteração estrutural das condições de trabalho dessas trabalhadoras, além disso, atualmente no país, há uma intensificação e diversificação da informalidade dessa ocupação, através do fenômeno da diarização do TDR (Costa, 2017; Silva *et al.*, 2017).

Em 2018, as diaristas já representavam 44% dos 6,2 milhões de trabalhadores domésticos (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Ipea], 2018, como citado em Pinheiro, Lira, Rezende & Fontoura, p. 21, 2019). Para Moticelli e Tamani (2013), a crescente contratação dessas trabalhadoras dá-se em um cenário de reestruturação produtiva, que tem substancialmente favorecido a precarização do trabalho formal, de sucessivas crises econômicas e do desemprego cíclico, situação que forja novas práticas contratuais em um contexto de desigualdades estruturais, como as de gênero.

Diante desse cenário e na intenção de aprofundar a discussão sobre a temática, optamos por realizar uma revisão sistemática da produção científica brasileira dos últimos vinte anos acerca da relação entre trabalho doméstico remunerado e gênero, buscando uma reflexão mais aprofundada sobre os achados a partir de uma metanálise qualitativa. Acrescentamos que a revisão realizada não contemplou publicações feitas no período de pandemia da covid-19, pois a busca nas bases de dados aconteceu em meses anteriores.

Além do mais, ressaltamos que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES, N°. Processo 88882.440918/2019-01) – código de financiamento 001.

Método

O delineamento deste estudo se configura como levantamento de dados secundários, do tipo bibliográfico para realização de revisão sistemática da literatura científica nacional. A busca pelas produções foi realizada em cinco bases de dados nacionais eletrônicas: SciELO Brasil (Scientific Electronic Library Online), Portal de Periódicos CAPES, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), IndexPsi Periódicos/BVS-Psi

(Biblioteca Virtual em Saúde- Psicologia Brasil). Justificamos a escolha por essas bases de dados virtuais por serem consideradas referências para as publicações nacionais. Os descritores usados foram: “trabalho doméstico” e “gênero”, e para a combinação deles recorremos ao operador lógico “AND”. Em relação aos critérios de inclusão, foram utilizados: a) artigos científicos completos em português, publicados entre 2000 e 2020 em periódicos nacionais e com acesso livre; b) presença dos descritores no título, resumo ou assunto; c) artigos que versassem sobre a relação trabalho doméstico remunerado e gênero. O levantamento e a sistematização deste estudo ocorreram entre fevereiro e outubro de 2020.

De acordo com as características de cada base de dados, foram aplicados alguns refinamentos que atendessem aos critérios do levantamento, tais como: tipo de recurso/tipo de literatura – artigo; idioma – português; data de publicação/intervalo de ano de publicação – 2000 a 2020, nos portais SciELO, LILACS e Periódicos Capes, sendo que, neste último, foi acrescentado periódicos revisados por pares como mais um recurso para refinamento. Após a realização desse procedimento, foram encontradas 1.127 produções; contudo, os descritores foram identificados em apenas 123. Em seguida, 107 artigos foram excluídos, 48 deles porque se repetiam e 59 porque não atendiam aos critérios da pesquisa. Restaram, assim, 16 artigos inicialmente considerados elegíveis para o estudo.

Devido à diversidade de temas encontrada acerca da problemática em questão e para agregar mais transparência e robustez ao caráter sistemático da pesquisa, a lista de artigos foi encaminhada a três juízes para que avaliassem: (1) se o artigo, de fato, discutia a relação trabalho doméstico remunerado e gênero; (2) se o artigo realmente atendia a todos os critérios de elegibilidade. Após essas análises, a publicação era incluída definitivamente, se houvesse consenso de pelo menos dois juízes. Isto posto, 13 artigos foram classificados com temática de trabalho doméstico remunerado e gênero.

As informações bibliográficas sobre os artigos foram organizadas em uma planilha. Para a análise cientométrica, optamos por evidenciar primeiramente as características dos(as) autores(as): (1) sexo; (2) área de formação; e (3) localização das instituições de filiação. Posteriormente, as características dos artigos em relação ao/à: (1) número de autores(as) por artigo; (2) enfoque metodológico; (3) Qualis CAPES; e (4) frequência anual.

Após esse tratamento inicial dos dados, os artigos foram submetidos à técnica de análise de conteúdo categorial de Laurence Bardin (1977/2011), com o intuito de formular uma interpretação sobre os achados, as discussões e os caminhos de pesquisa acerca da temática TDR e gênero. O processo de análise de conteúdo aconteceu em torno de três polos: (1) a pré-análise – objetivos, operações, organização e demarcação do material a ser analisado; (2) exploração do material – codificação, decomposição ou enumeração em função de regras ou operações previamente formuladas; (3) tratamento dos resultados – inferência e interpretação propriamente ditas (Bardin, 1977/2011).

Neste trabalho, os questionamentos que orientaram a investigação do material foram: (a) de que maneira a categoria gênero contribui para a investigação do TDR?; (b) quais foram as principais mudanças ocorridas nesse trabalho nos últimos vinte anos?; c) qual é a agenda de pesquisa que se configura diante dos achados?

Resultados

Os resultados obtidos estão dispostos em duas partes. De início são apresentados os dados cientométricos da revisão sistemática da literatura para, posteriormente, evidenciarmos os resultados da análise de conteúdo categorial realizada.

(1) Caracterização dos(as) autores(as)

Em relação ao interesse de responder sobre quem estuda, pesquisa e escreve sobre essa temática, as informações levantadas mostram que há uma predominância das mulheres, pois elas representam 68,5% (N=13) dos pesquisadores/estudiosos empenhados em construir conhecimento acerca da relação entre trabalho doméstico remunerado e gênero. Ademais, observamos uma heterogeneidade de autoria. Os 13 artigos analisados foram escritos por 19 autores(as) diferentes, destes, apenas um tem mais de uma publicação (N=2) entre os estudos analisados. Nessas publicações, se sobressai o autor Bernardino-Costa, o qual é citado em quatro dos treze artigos e possui, como primeiro autor, a maior quantidade de publicações (N=5) sobre a temática.

No tocante à área de formação acadêmica dos(as) autores(as), verificamos que os estudos foram desenvolvidos por variadas áreas de conhecimento: Psicologia, Serviço Social, Saúde Coletiva, Economia, Comunicação Social, Literatura, Turismo; contudo, a maioria dos(as) autores(as) são atuantes do campo das Ciências Sociais – Sociologia e Antropologia (N=7). É importante ressaltar, ainda, que apenas um estudo pertence ao campo de conhecimento da Psicologia e está inserido na subárea da Psicologia Social. Além disso, destacamos que 68,5% (N=13) dos autores são doutores(as). Em relação à localização das instituições às quais os(as) autores(as) estão afiliados(as), observamos uma concentração de estudos (46,1%) na região Sul do país (N=6); em seguida, aparecem as regiões Centro-Oeste (N=3) e Sudeste (N=2); por fim, as regiões Norte (N=1) e Nordeste (N=1).

(2) Caracterização dos artigos

Sobre a quantidade de pessoas envolvidas na autoria, identificamos que 53,8% dos artigos (N=7) são de autoria individual; em seguida, destaca-se a autoria de até duas pessoas, representando 23,8% dos artigos (N=3). No tocante ao tipo de artigo, constatamos que 84,6% dos artigos são teóricos (N=11), sendo que quatro são revisões bibliográficas, um é análise literária e seis são ensaios teóricos, apenas 15,4% (N=2) são artigos empíricos. Posto isto, salientamos que os caminhos metodológicos adotados pelos dois estudos empíricos são de natureza qualitativa, com o uso de relato biográfico (história de vida) com entrevista e oficinas temáticas com entrevista, respectivamente, além de destaque para o uso da análise de conteúdo, mas não há especificação. Com relação aos estudos teóricos, eles não apresentaram claramente informações acerca da metodologia empregada.

Além do mais, em geral, os estudos pautaram suas reflexões e investigações sobre trabalhadoras domésticas (mensalistas, diaristas), apenas Cardoso e Guimarães (2018) investigaram, em específico, a realidade de trabalho das diaristas. No que tange aos objetivos dos artigos, observamos uma diversidade de temas relativos à problemática de interesse: (a) metamorfoses do trabalho doméstico remunerado; (b) organização coletiva e sindical; (c) informalidade e riscos à saúde; (d) transformações no perfil das trabalhadoras domésticas e representações; (e) mudanças legislativas e seus impactos; (f) internacionalização do TDR e feminização das migrações; (g) ações públicas e papel das mídias.

No que concerne aos estratos de classificação do Qualis-Periódico (Qualis CAPES, quadriênio 2013-2016), os artigos obedecem à seguinte distribuição: A1 (N= 2); A2 (N=1); B1 (N=3); B2 (N=2); B4 (N=2); e S/Qualis (N=3). Além disso, salientamos que os estudos analisados foram publicados entre 2004 e 2019, sendo que a maioria deles (N= 9) se encontra distribuída no período de 2015 a 2019.

(3) Análise de Conteúdo

A partir da análise de conteúdo categorial realizada, os resultados podem ser agrupados em três categorias: (1) gênero, organização socioeconômica e/ou vulnerabilidades do trabalho doméstico remunerado (Bernardino-Costa, 2013, 2015; Cal, 2015; Cardoso & Guimarães, 2018; Grecco, 2018; Hamann, Barcinski & Pizzinato, 2018; Lisboa, 2006; Lima & Prates, 2019; Meneghel, 2004; Nogueira, 2017; Rodrigues, Alfonso & Rieth, 2017; Sanches, 2009; Silva & Queiroz, 2018); (2) continuidades e transformações da condição de trabalhadora doméstica (Bernardino-Costa, 2015; Cardoso & Guimarães, 2018; Hamann *et al.*, 2018; Lima & Prates, 2019; Rodrigues *et al.*, 2017; Sanches, 2009; Silva & Queiroz, 2018); (3) caminhos metodológicos e de estudo para a investigação da temática (Bernardino-Costa, 2015; Cal, 2015; Cardoso & Guimarães, 2019; Grecco, 2018; Hamann *et al.*, 2018; Lisboa, 2006; Lima & Prates, 2019; Nogueira, 2017; Rodrigues *et al.*, 2017).

3.1 Gênero, organização socioeconômica e/ou vulnerabilidades do trabalho doméstico remunerado

Essa categoria reúne argumentos encontrados nos estudos sobre a importância da dimensão de gênero para a compreensão da organização socioeconômica do TDR e/ou das vulnerabilidades a que as trabalhadoras domésticas estão suscetíveis. Destacamos que essa discussão está presente em todos os artigos analisados, o que de certa forma era esperado, visto que a revisão tem como foco a relação trabalho doméstico remunerado e gênero. Os estudos consideram que a desvalorização social e a invisibilidade do TDR é um reflexo das questões de gênero, ou seja, da divisão social de papéis, comportamentos, tarefas e lugares atribuídos aos homens e às mulheres, de modo que essa divisão penaliza de diferentes formas o feminino e revela a relação hierárquica e de poder entre os sexos/gêneros.

A predominância histórica das mulheres nesse tipo de atividade, por exemplo, encontra-se respaldada em uma imposição de gênero, pois, o fazer em si e o lugar onde esse trabalho acontece são entendidos como próprios ou expressão do feminino. Desde cedo, as mulheres são ensinadas, em suas casas, escolas e comunidades, a responsabilizarem-se pelo ambiente e serviço doméstico, de maneira que as habilidades e competências adquiridas são naturalizadas. Assim, quando se trata de um trabalho remunerado, essa naturalização das habilidades e competências necessárias a esse tipo de ocupação reflete nas condições de trabalho, como é o caso da baixa remuneração e o pouco ou inexistente reconhecimento social (Lima & Prates, 2019).

Paralelamente ou em consonância ao processo de feminização e naturalização do TDR, a discussão em torno do local ou ambiente onde essa atividade é realizada também surge nas narrativas dos estudos enquanto elemento de compreensão para a invisibilidade desse trabalho e, consequentemente, das trabalhadoras. O trabalho doméstico remunerado ocorre nos domicílios, no ambiente privado, na chamada esfera reprodutiva, aquela que é considerada como não produtora de mais-valia, ou seja, que não produz valor de troca, apenas de uso, entendida como lugar do afeto e não da política, da vocação e não do trabalho. Limpar, passar, cozinhar, organizar os lares de terceiros, portanto, é tido como uma atividade não produtiva ou lucrativa, do ponto de vista do capital. Com base nessa concepção, recebe pouca importância ou é desprestigiada na estrutura sócio-ocupacional (Nogueira, 2017).

Tendo em vista que a esfera reprodutiva é um espaço historicamente designado às mulheres e circunscrito pela mão de obra feminina, a ideia supracitada embute uma

associação entre atividade feminina e não-trabalho ou trabalho de menor valor e atividade masculina e valor mercantil, posto que socialmente ainda se considera a esfera produtiva como lugar dos homens. Portanto, o trabalho exercido por mulheres, em especial aquele mais comprometido com as concepções tradicionais do feminino, como é o caso do TDR, tem sido subestimado, invisibilizado e desvalorizado em decorrência de uma social e desigual divisão sexual do trabalho (Hamann *et al.*, 2018).

De acordo com os achados, essa naturalização e marginalização da esfera reprodutiva e, conseqüentemente, do feminino beneficia a superexploração econômica dos trabalhos feminizados. O TDR é um aprendizado e, em si, não carrega valor negativo, o contrário disso é decorrente de construções sociais em torno da função social e das pessoas que desenvolvem esse trabalho (Meneghel, 2004; Grecco, 2018). Em especial, o estudo de Rodrigues *et al.* (2017) fornece-nos uma clara ideia da relatividade do valor socioeconômico que os trabalhos domésticos podem assumir a depender de quem exerce essa atividade. As autoras pontuam que, embora tipicamente o trabalho doméstico seja uma ocupação majoritariamente exercida por mulheres, isso não quer dizer que não existam homens desenvolvendo esse tipo de trabalho, principalmente nos dias atuais, mas, quando isso acontece, os homens em geral recebem remunerações maiores. Essa situação só pode ser compreendida como uma discriminação ou violência de gênero, uma vez que exercem a mesma função.

Dessa forma, os artigos evidenciam que a memória social do trabalho doméstico, enquanto trabalho inferiorizado e banalizado, está intimamente relacionada à maneira pela qual essa atividade e os sujeitos que a exercem se constituem nas relações sociais. Nesse sentido, as produções de Bernardino-Costa (2013, 2015) elencam que a história dessa atividade no Brasil demonstra que as interpretações de gênero são condição analítica dos padrões de dominação e exploração, que têm mantido esse trabalho à margem da sociedade. E dos preconceitos que o permeia, embora não sejam as únicas ou suficientes para explicar a realidade social do TDR, pois é preciso considerar outros marcadores sociais, tais como classe e raça/etnia no processo histórico de construção dos vínculos simbólicos e funcionais que atravessam essa ocupação no país, uma vez que ela é datada do período colonial escravista.

Com exceção do trabalho de Meneghel (2004), tal ressalva está presente nos demais artigos analisados. Foi possível observar que a maioria dos estudos adotam a dimensão de gênero, considerando suas imbricações com classe e raça/etnia, demonstrando uma tendência em adotar uma análise dinâmica e interseccional da problemática, embora se observe que alguns artigos se centram nas imbricações de gênero e raça/etnia (Bernardino, 2013, 2015; Nogueira, 2017) e outros nas de gênero e classe (Cal, 2015; Grecco, 2018; Hamann *et al.*, 2018; Lisboa 2006). Isto ocorre porque há um consenso de que o gênero, por mais que seja essencial para a análise da inserção e permanência das mulheres no mundo do trabalho, não é suficiente para explicar as realidades de todas as mulheres, pois os eixos de poder e diferenciação são múltiplos e, na realidade concreta, estão inter-relacionados.

Na esteira dessa discussão, também foi possível identificar nas narrativas dos estudos como o gênero e suas imbricações com classe e raça/etnia regulam as relações de trabalho. Sobre a relação das trabalhadoras domésticas com seus contratantes, os achados demonstram ser uma relação marcada pela informalidade, o apadrinhamento e a lógica do servir. Além disso, levando em consideração que na grande maioria dos casos a contratação e a supervisão do trabalho doméstico são feitas por outra mulher, isso traz à tona como a condição social de classe e raça/etnia medeia esse encontro, conferindo

funções e posições sociais diferentes para essas mulheres, embora também não deixe de revelar a violência de gênero sofrida por ambas, pois a validação por parte da patroa da servidão ou da naturalização desse trabalho reforça a ideia de que o ambiente doméstico, socialmente atribuído ao feminino, é desvalorizado e subalterno (Hamann *et al.*, 2018; Lima & Prates, 2019).

Ademais, as imagens e os papéis atribuídos ao feminino na sociedade patriarcal, que associam as mulheres e os seus corpos à subordinação, à devoção, ao cuidado, sob o véu da naturalização do social, aparecem nos estudos como condicionantes ou determinantes de situações de risco e vulnerabilidades no cotidiano das trabalhadoras domésticas remuneradas. Essas trabalhadoras estão mais suscetíveis às violências físicas e sexuais, pois as relações de senhoril e a sexualização de seus corpos, herança do período colonial escravista, tornam-se condições propícias para o crime de assédio sexual no trabalho, um exemplo das imbricações entre os marcadores sociais de gênero, raça/etnia e classe. Porém, também podem ocorrer durante o trajeto percorrido diariamente para chegar à(s) residência(s) (Cardoso & Guimarães, 2018).

Outrossim, a desigual divisão do trabalho doméstico/familiar presente na sociedade é sexista, ou seja, o suporte familiar e o cuidar da casa e dos filhos ainda ficam em geral na responsabilidade das mulheres da família. Para as trabalhadoras domésticas, essa situação se traduz em uma sobrecarga de trabalho e em infinitas repetições de gestos, já que há uma similitude entre a atividade remunerada desenvolvida e aquela feita em suas casas, de modo que essa circunstância deve ser levada em conta como fator de risco, em especial para o desenvolvimento de doenças osteomusculares. Aliás, é dessas trabalhadoras que a precariedade dos equipamentos públicos irá cobrar o preço, pois são elas que se deparam com maiores dificuldades para dedicar cuidados aos filhos, o que as leva a ter que pagar alguma outra mulher (jovem ou adulta) para fazê-lo – o que é muito dispendioso economicamente para elas –, a deixá-los sozinhos, a levá-los para o trabalho, e, em casos mais extremos, a entregá-los a parentes e/ou vizinhos (Cardoso & Guimarães, 2018).

Além disso, essas e outras violências estruturais de gênero (violência conjugal, abuso sexual infantil e falta de acesso à escolarização) são citadas nos artigos como conjuntura para o processo de feminização das migrações. No mercado de atividades, o TDR desponta como ocupação em que há muitas mulheres migrantes (migração interna e externa), isto por conta da imposição de gênero que atravessa esse labor associada à demanda crescente, principalmente em países da Europa, por serviços domésticos e de cuidado. O processo de migração expõe ou configura situações extremas para essas trabalhadoras, pois, ao migrarem de uma região para outra ou de um país para outro, as trabalhadoras domésticas distanciam-se de suas famílias e comunidades, passando a depender muito dos contratantes – na maioria das vezes, sem poder contar com o registro formal de trabalho –, além de serem vítimas de discriminação por conta das diferenças culturais, raciais/étnicas e de língua que são hipervalorizadas (Lisboa, 2006).

Desse modo, as interpretações de gênero e seus correspondentes (classe e raça/etnia) são evidenciados nos artigos analisados como ferramentas analíticas para romper com a naturalização das injustiças e abusos, ao desvelar a precariedade e subalternização presentes nas histórias de vida/trabalho dessas trabalhadoras, bem como as reconhecer enquanto participantes desse processo, capazes de resistir e gerar mobilizações individuais/coletivas, afastando assim de uma perspectiva unilateral, colonizadora ou reforçadora das imagens de passividade sobre o gênero feminino.

3.2 Continuidades e transformações da condição de trabalhadora doméstica

Nessa categoria, são apresentadas as continuidades e transformações da condição de trabalhadora doméstica remunerada. Nos artigos analisados, essa discussão ocorre em relação ao perfil das trabalhadoras, à legislação, às configurações e às condições de trabalho. A maioria das produções revelam que o perfil dos trabalhadores domésticos não sofreu grandes alterações, mantendo-se um trabalho predominantemente exercido por mulheres pretas, pobres e de baixa escolaridade, embora reconheçam algumas nuances na composição etária e no nível de escolaridade da categoria. Sobre esses dois últimos aspectos, evidenciam que houve uma redução da participação das mulheres mais jovens (10 a 19 e 20 a 29 anos) nessa ocupação, bem como um crescimento dos níveis de escolaridade, mas não significativamente suficiente para mudar o quadro geral de baixíssima escolaridade (Bernardino-Costa, 2015; Lima & Prates, 2019; Silva & Queiroz, 2018).

Em síntese, observamos que a discussão presente nos artigos sobre o perfil das trabalhadoras domésticas acontece em torno das clivagens históricas e sociais decorrentes do gênero, classe e raça/etnia, que têm conferido os atributos individuais/coletivos comuns daqueles que estão mais propensos a se inserirem nessa ocupação no âmbito nacional. Assim, os achados sugerem uma certa homogeneidade da categoria. Contudo, para Lima e Prates (2019), aspectos censitários, tais como idade, região e escolaridade, combinados à análise das já citadas clivagens gerais, são responsáveis por uma heterogeneidade intragrupo, resultando em diferentes realidades de trabalho dentro da categoria.

O caráter informal do TDR é outro ponto de destaque nas narrativas dos estudos acerca das continuidades que atravessam essa atividade. Em que pese as modificações ocorridas nesse labor, nota-se o crescimento do número de diaristas no país, e essa modalidade de TDR é associada às altas taxas de informalidade registradas nessa ocupação. Ademais, configuram novas situações laborais no que diz respeito à organização e às condições de trabalho para a categoria (Sanches, 2009; Rodrigues *et al.*, 2017; Cardoso & Guimarães, 2018).

O estudo de Cardoso e Guimarães (2018) evidencia que a prática do trabalho doméstico mediante diárias não se encaixa nos critérios da lei para reconhecimento de vínculo empregatício (exercício da atividade por duas vezes ou mais por semana). A informalidade das relações de trabalho significa, para as diaristas, a desproteção legal, pois essas trabalhadoras estão privadas dos benefícios da seguridade social, das medidas de proteção à saúde e contra abusos, como o assédio sexual laboral. Além disso, o fazer em si das diaristas revela outras particularidades, tais como: a intensificação do trabalho, já que elas têm apenas um dia para realizar a mesma quantidade de trabalho; a necessidade de deslocar-se por diferentes trajetos e distâncias durante a semana; o tempo despendido para realizar as tarefas é bem variável, pois depende da demanda de cada residência; e a ausência ou dificuldade para estabelecer um momento para descanso ou refeição.

3.3 Caminhos metodológicos e de estudo para investigação da temática

Essa categoria traz um apanhado dos novos caminhos de investigação presentes nos artigos analisados. Dos treze estudos, foi possível identificar, em nove, sugestões e apontamentos para novas pesquisas. Além disso, ainda destacamos que os achados apontam não só para novos objetos de estudo, mas também para tipos de pesquisa. Na maioria dos artigos que contêm tais recomendações, existe uma preocupação para que as pesquisas sobre a temática privilegiem o espaço de fala e de participação das trabalhadoras domésticas na construção do conhecimento sobre sua ocupação.

Tais estudos partem da perspectiva de que chamar as trabalhadoras para que reflitam sobre elas mesmas, sobre seu universo laboral e comunitário colabora para a desconstrução da naturalidade que permeia o cotidiano de trabalho e suas condições de vida, conferindo um espaço para pensar criticamente, além de se afastar de um discurso e modo colonizador de fazer ciência, que considera apenas o olhar do(a) pesquisador(a) ou de teorias (Bernardino-Costa, 20013, 2015; Rodrigues *et al.*, 2017; Cardoso & Guimarães, 2018).

Quanto às sugestões de temas e de objetos para novos estudos, no trabalho de Bernardino-Costa (2015) encontramos a recomendação para a realização de investigações sobre a mobilização política das trabalhadoras domésticas, pois, de acordo com o autor, ainda é baixo o número de participação dessas trabalhadoras em sindicatos e associações. Grecco (2018) refere-se à urgência de pensar acerca das transformações do TDR, como é o caso da internacionalização da ocupação, a partir dos nexos entre produção e reprodução, permitindo assim romper com a falsa dualidade e renovar os estudos sobre o trabalho.

As diferentes realidades dos trabalhadores domésticos também surgem como tema para traçar investigações. Lima e Prates (2019) defendem que reconhecer a heterogeneidade intragrupo pode impulsionar pesquisas que considerem aspectos gerais e locais/regionais na produção das condições de trabalho. Ademais, apontam para a urgência de pesquisas sobre os impactos das políticas de austeridade (congelamentos dos gastos públicos) e das mudanças na regulamentação do trabalho (lei da terceirização e reforma da previdência) sobre a categoria e os recentes ganhos em termos de direitos para as(os) trabalhadoras(es) formais.

Destacamos também que, embora apareçam discussões em torno dos impactos do trabalho doméstico remunerado, dos estigmas e dos preconceitos que o permeiam na construção da(s) identidade(s) e na saúde mental das trabalhadoras (Lisboa, 2006; Nogueira, 2017; Cardoso & Guimarães, 2018; Lima & Prates, 2019), essas questões não aparecem como sugestões para pesquisas.

Discussão

A partir da análise cientométrica, foi possível identificar uma estrutura e elementos constitutivos das produções científicas brasileiras sobre TDR e gênero. Verificamos que a temática é de interesse de diferentes áreas do conhecimento, sendo que as mulheres predominam na autoria das pesquisas. Sobre isso, entendemos que se trata de uma tendência na história da mobilização e da construção de conhecimento a respeito de gênero, já que as mulheres são as principais interessadas em desvelar as desigualdades e lutar por equidade no trabalho (Rial *et al.*, 2005). Além disso, expressa uma melhor participação feminina nas publicações científicas.

As produções são majoritariamente teóricas, e entre os estudos empíricos existentes tem-se a abordagem metodológica qualitativa. Em relação às afiliações institucionais dos(as) autores(as), observamos que as produções se concentram nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o que nos leva a pensar na necessidade de programas de fomento às pesquisas nas regiões Norte e Nordeste, estimulando, assim, estudos sobre a problemática nessas regiões.

Considerando o recorte temporal e as cinco bases de dados pesquisadas, pensamos ser o número de publicações pouco expressivo diante da importância que a temática tem para o país, apesar de observarmos que, nos últimos cinco anos (2015-2019), houve uma intensificação das publicações. Sobre tal situação, entendemos que ela está associada às

mudanças ocorridas nessa ocupação, principalmente em relação à legislação, que tem suscitado o debate em torno dessa atividade. Ademais, quando levamos em consideração o campo da Psicologia, a situação fica ainda mais restrita, e, ao que parece, ao tratar-se da subdisciplina Psicologia do Trabalho, ainda é uma temática periférica ou ausente.

Assim, compreendemos que a ausência ou a não representatividade da Psicologia do Trabalho dentre as áreas de conhecimento que se interessam pela investigação da relação TDR e gênero pode ser pensada sob três aspectos: (i) o fato de que, no Brasil, existe uma associação das linhas de pesquisa relacionadas à Psicologia do Trabalho e das organizações com os programas de pós-graduação com concentração na área da Psicologia Social (Gondim *et al.*, 2010); (ii) o recente reconhecimento e interesse da Psicologia Social do Trabalho por outras realidades laborais, para além do contexto fabril e do emprego (Sato, 2013); (iii) em relação à produção na Psicologia Social do Trabalho ou na Psicopatologia do Trabalho, as identidades sexuais/de gênero ainda não desfrutam de um direito real de figurar na investigação e na conceituação dos fenômenos do trabalho (Hirata, 2002). Aliás, defendemos que as produções, ao considerarem a dimensão de gênero, coloquem-na como condição analítica e não apenas como recorte descritivo ou de diferenciação.

Com base na análise de conteúdo realizada, foi possível agrupar os resultados em três categorias: (1) gênero, organização socioeconômica e/ou vulnerabilidades do trabalho doméstico remunerado; (2) continuidades e transformações da condição de trabalhadora doméstica; (3) caminhos metodológicos e de estudo para a investigação da temática.

O gênero é retratado nos artigos analisados como condição analítica para a investigação e compreensão da organização social do TDR e do cotidiano das trabalhadoras, pois a divisão social de papéis, os comportamentos, tarefas e lugares atribuídos aos homens e às mulheres penalizam de diferentes formas o feminino e revelam a relação hierárquica e de poder entre os sexos/gêneros. Em relação às trabalhadoras domésticas remuneradas, essa conjuntura respalda a invisibilidade e a desvalorização social do trabalho prestado, além de configurar situações de discriminação, imposição, violência, insegurança e sofrimento na trajetória de vida/trabalho dessas mulheres.

Hirata (2002) afirma que as desiguais relações sociais de gênero subsidiam e atravessam os lugares ocupados e as atividades desenvolvidas pelas mulheres na sociedade. Isso tem efeito de renovação teórica, pois qualquer análise do trabalho ou do mercado de trabalho passa a ter a necessidade de considerar as identidades de gênero/sexo para pensar sobre as situações laborais, mesmo que estas aparentemente sejam iguais, pois a classe trabalhadora é sexuada.

Ademais, encontramos nas publicações uma tendência de reconhecimento das imbricações entre gênero, classe e raça/etnia na análise dessa atividade, o que é bastante compreensível, particularmente no Brasil.

Sobre os achados supracitados, compreendemos ser heurísticamente proveitoso apreender os fenômenos psicossociais em termos de relações sociais. A perspectiva de imbricação entre as dimensões de gênero, classe e raça/etnia permite que nos aproximemos melhor da dinâmica e complexa realidade social, bem como reconheçamos que não há relação social primordial e há heterogeneidades no intragrupo das mulheres, mas há limites metodológicos e cognoscentes da investigação das práticas sociais, pois as relações sociais das quais elas são decorrentes são móveis, históricas e possuem margens de indefinição, portanto, impossíveis de serem apreendidas completamente e de modo integral. Assim, adotar a tríplice dimensão (gênero, classe e raça/etnia) na análise da divisão social do trabalho não significa ter que fazer um tour por todas as relações sociais,

mas enxergar os entrecruzamentos e as imbricações destas nos processos (Kergoat, 2010).

Em relação à condição de trabalhadora doméstica, os estudos evidenciam que não houve grandes transformações e continua a ser um trabalho desvalorizado, marcado pela informalidade, desenvolvido majoritariamente por mulheres pretas e pobres, além de conter péssimas condições de trabalho. Em que pese as transformações, aparecem o envelhecimento da categoria com a diminuição do número da participação de mulheres jovens, o aumento dos níveis de escolaridade, a conquista de direitos para as trabalhadoras formalizadas e o aumento do número de diaristas, o chamado fenômeno da diarização do TDR, apontado como o principal responsável pela continuidade das altas taxas de informalidade nessa ocupação.

Embora, nas narrativas dos estudos, a análise dos dados sobre a composição etária e os níveis de escolaridade da categoria limitem-se ao período até 2014, o envelhecimento e a ampliação do nível de escolaridade das trabalhadoras domésticas remuneradas é destaque de estudo divulgado pelo Ipea. De acordo com a pesquisa, o perfil etário das trabalhadoras domésticas mudou: 80% tinham mais de 30 anos em 2018, enquanto 13% tinham até 29 anos. A pesquisa atribui essa mudança à expansão das políticas educacionais de acesso ao ensino básico e superior (Pinheiro *et al.*, 2019).

No que tange à diarização do trabalho doméstico remunerado, julgamos ser uma realidade que precisa ser mais bem compreendida, pois, como a publicação de Cardoso e Guimarães (2018) evidencia, há importantes distinções de remuneração, de condições de trabalho e reconhecimento que irão configurar situações diferentes de trabalho entre as diaristas e as trabalhadoras domésticas mensalistas (formalizadas). Além disso, consideramos ser um importante caminho para entender como o cenário de degradação do emprego tem impactado a participação da mão de obra feminina no mercado de trabalho.

A partir dos achados da revisão e da discussão dos mesmos, apresentamos uma agenda de pesquisa: (1) estudos com delineamentos participativos; (2) organização coletiva e sindical; (3) produção e reprodução na análise do trabalho; (4) heterogeneidade do TDR; (5) impactos das políticas de austeridade e das mudanças na regulamentação do trabalho nessa ocupação; (6) ampliação dos estudos empíricos, em especial no campo da Psicologia do Trabalho e das Organizações; (7) consequências do contexto pandêmico (covid-19) sobre esse trabalho e essas trabalhadoras.

Não poderíamos deixar de considerar o contexto histórico da pandemia, pois, de acordo com relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020), as trabalhadoras domésticas estão entre as categorias que mais foram impactadas pelo contexto pandêmico. Para além ou em consonância com a história de desproteção e marginalização que permeia essa ocupação, a pandemia implicou novos acréscimos à condição de vulnerabilidade: trouxe aumento do desemprego e, para aquelas que continuaram trabalhando, trouxe o risco de contrair a doença, sobrecarga de trabalho e vivência de práticas abusivas, assim como é caso de trabalhadoras que tiveram que permanecer nos domicílios a pedido dos contratantes. Diante disso, consideramos ser importante alargar a compreensão acerca dessa situação.

Ao julgar pelos achados e discussões presentes nas publicações analisadas, as situações laborais e de vida das trabalhadoras domésticas remuneradas demonstram como a condição de mulher trabalhadora ainda se constitui em uma experiência atravessada por disparidades, circunstâncias de exploração e subordinação, barreiras e dificuldades, cuja gênese está em uma organização social androcêntrica, racista e de classes. Assim, pensamos que a luta por valorização da mão de obra feminina passa essencialmente pela

valorização desse trabalho que, no Brasil, por exemplo, é a terceira ocupação mais exercida por mulheres (IBGE, 2019).

Considerações finais

Tendo em conta o recorte de tempo adotado e as bases de dados pesquisadas, identificamos um número pouco expressivo de publicações ante a importância da temática para o contexto brasileiro e a necessidade de dar visibilidade às relações sociais de gênero e suas interseccionalidades com outras relações sociais, que respaldam o exercício do TDR e atravessam o cotidiano dos sujeitos que o exercem. Ademais, destacamos a sub-representação da Psicologia nas áreas de conhecimento que se interessam pela problemática. Além disso, foi possível vislumbrar uma agenda de pesquisa. Sobre esta, evidenciamos a demanda por estudos empíricos, inclusive sobre a(s) realidade(s) nortista e nordestina.

Os artigos examinados por meio da análise de conteúdo apontam os vínculos funcionais e simbólicos do TDR com as construções sociais de gênero, bem como as suas interseccionalidades com as de raça/etnia e as de classe. É consenso entre eles, a importância de uma perspectiva de gênero ou feminista, que considere a impossibilidade de reificação e hierarquização das relações sociais, para a análise do TDR e das péssimas condições de trabalho/vida das mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas. Por entendermos que há limites metodológicos e cognoscentes nas produções científicas examinadas, é compreensível o fato de os estudos, mesmo diante dessa tendência, terem focado as questões de gênero e suas imbricações com raça/etnia ou com classe social.

Nesse sentido, pensamos ser impossível ignorar o TDR quando buscamos compreender a complexidade e a dinamicidade das desigualdades de gênero no mundo do trabalho, bem como quando aludimos construir condições de vida e de trabalho mais justas e igualitárias, também intragrupo mulheres.

Em relação aos limites deste estudo, apontamos a escolha em restringir a busca em bases de dados nacionais e a não utilização de descritores como “raça”, “etnia”, “classe”, entre outros – em partes justificada pelos objetivos de investigação e pela compreensão de gênero como uma categoria histórica, relacional e interdisciplinar. Assim, esperamos que outras revisões acerca da problemática incluam em seu processo de busca bases internacionais, o que pode favorecer a realização de análises comparativas entre as realidades de produções científicas brasileira e internacional, bem como outros descritores, a fim de ampliar os achados e as discussões, principalmente no que diz respeito à relação das condições das mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas com as (novas) formas de colonialismo na modernidade ou pós-modernidade.

Referências

Referências precedidas de um asterisco indicam estudos incluídos na metanálise

Almeida, G. E. S. (2010). Trabalho e Educação: Aprendendo a ser mulher negra. *Revista Eletrônica da RET(Rede de Estudos do Trabalho)*, 1-21. http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Giane_Elisa_Sales_de_Almeida_Trabalho_e_Educao_aprendendo_a_ser_mulher_negra.pdf

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trads.). São Paulo, SP: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1977).

- *Bernardino-Costa, J. (2013). Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 26(52), 471-489. doi:10.1590/S0103-21862013000200011
- *Bernardino-Costa, J. (2015). Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado*, 30(1), 147-163. doi:10.1590/S0102-69922015000100009
- *Cal, D. G. R. (2015). Luta pública contra o trabalho infantil doméstico: implicações democráticas das ações de advocacy. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (18), 211-242. doi:10.1590/0103-335220151808
- *Cardoso, Í. L., & Guimarães, S. M. F. (2018). VIVÊNCIAS E NARRATIVAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DIARISTAS. *Política & Trabalho*, 49, 205-226. doi:10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n49.35232
- Costa, F.S. de M. (2017). *A diarização do trabalho doméstico no Brasil e os dilemas atuais da (des) proteção social*. (Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente). Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152107>
- DIEESE. Departamento de Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2020). Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico em tempos de coronavírus. *Estudos e Pesquisa*, 96, 1-30. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestic o.pdf>
- Gondim, S. M. G., Borges-Andrade, J. E., & Bastos, A. V. B. (2010). Psicologia do Trabalho e das Organizações: produção científica e desafios metodológicos. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 4(2), 84-99. doi:10.24879/201000400200353
- *Grecco, F. S. (2018). Trabalhos domésticos e de cuidados sob a ótica da Teoria da Reprodução Social. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 23(3), 70-102. doi:10.5433/2176-6665.2018v23n3p70
- Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. (W.C. Brant, trad.). São Paulo, SP: Boitempo Editorial.
- *Hamann, C., Barcinski, M., & Pizzinato, A. (2018). Regulamentação do trabalho doméstico remunerado: implicações psicossociais para trabalhadoras no Brasil. *Barbarói*, 1(51), 24. doi:10.17058/barbaroi.v51i1.6331
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Mulher e trabalho: papéis sociais em questão. Coordenação de Comunicação Social. *Retratos: a revista do IBGE*, (17), 1-29. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2929/rri_2019_n17_jul.pdf
- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos CEBRAP*, (86), 93-103. doi:10.1590/S0101-33002010000100005
- *Lisboa, T. K. (2006). Gênero e Migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 14(26/27), 151-166. Recuperado de <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/39>

- *Lima, M., & Prates, I. (2019). Emprego doméstico e mudança social Reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. *Tempo Social*, 31(2), 149-172.doi:10.11606/0103-2070.ts.2019.149291
- *Meneghel, F. (2004). Neutralidade pseudo-inscrita: a doméstica Lena, a dona de casa Alice e a intelectual Gertrude têm uma só incompreensão do valor. *Revista Estudos Feministas*, 12(2), 116-134.doi:10.1590/S0104-026X2004000200007
- Monticelli, T. A., & Tamanini, M. (2013). O trabalho das diaristas: novas considerações no trabalho doméstico. O trabalho das diaristas: novas considerações no trabalho doméstico. *Revista Eletrônica*, 2(17) 68-81. Recuperado de https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/96999/2013_monticelli_thays_trabalho_diaristas.pdf?sequence=1
- *Nogueira, T. P. C. C. R. (2017). Mucama Permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 3(4), 47-58. doi:10.9771/cgd.v3i4.22482
- Pinheiro, L., Lira, F., Rezende, M., & Fontoura, N. (2019). Os Desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. (Texto para discussão). *RCIPEA Repositório do Conhecimento IPEA*, 1-52. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9538>
- *Rodrigues, M. B., Alfonso, L. P., & Rieth, F. M. S. (2017). Ações Participativas com Trabalhadoras Domésticas: fomentando debates para visibilizar a profissão desde o passado escravista até a atualidade em Pelotas/RS. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 3(4), 8-29. doi:10.9771/cgd.v3i4.22351
- Rial, C., Lago, M. C. D. S., & Grossi, M. P. (2005). Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand. *Revista Estudos Feministas*, 13(3), 677-690.doi:10.1590/S0104-026X2005000300013
- Rocha, E. K. G. T., & do Monte Pinto, F. (2018). O desafio conceitual do trabalho doméstico à psicologia do trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 145-153.doi:10.22409/1984-0292/v30i2/5874
- *Sanches, S. (2009). Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 879-888.doi:10.1590/S0104-026X2009000300016
- Sato, L. (2013). Recuperando o tempo perdido: a psicologia e o trabalho não regulados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16, 99-110. doi:10.11606/issn.1981-0490.v16ispe1p99-110
- *Silva, C. L. L., de Araújo, J. N. G., Moreira, M. I. C., & Barros, V. A. (2017). O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade. *Psicologia em Revista*, 23(1), 454-470.doi:10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p454-470
- Silva, P. de S., & de Queiroz, S. N. de. (2018). O EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL: um olhar para o “trabalho da mulher” na perspectiva histórica e contemporânea. *Política & Trabalho*, 49, 188-204.doi:10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n49.35119

Recebido em 08/12/2020

Aceito em 04/05/2021